

LÊNIN: 150 ANOS DE UM PENSADOR E LÍDER REVOLUCIONÁRIO

LENIN: 150 AÑOS DE UNO PENSADOR Y LÍDER REVOLUCIONÁRIO

LENIN: 150TH ANNIVERSARY OF A REVOLUTIONARY THINKER AND LEADER

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i2.37682>

Fábio Palácio de Azevedo¹

Resumo: Tendo por mote as celebrações dos 150 anos de nascimento de Vladimir Ilitch Uliánov, o Lênin — pensador e líder revolucionário russo, comandante da Revolução de 1917 —, este artigo ambiciona revisitar cinco pontos chave de sua elaboração teórica: 1 - imperialismo e questão nacional; 2 - teoria da organização revolucionária; 3 - filosofia marxista; 4 - estratégia socialista, e 5 - tática política do proletariado. Ao sintetizar a forma como Lênin abordou esses problemas, pretendemos elucidar a atualidade de seu pensamento, bem como o impacto que teve no desenvolvimento teórico e político do marxismo ao longo das últimas décadas.

Palavras-chave: Lênin. Marxismo. Socialismo. Imperialismo. Partido revolucionário.

Resumen: Teniendo en cuenta las celebraciones del 150º aniversario del nacimiento de Vladimir Ilitch Uliánov, Lenin — pensador y líder revolucionario ruso, comandante de la Revolución de 1917 —, este artículo tiene como objetivo revisar cinco puntos de su elaboración teórica: 1 - imperialismo e problema nacional; 2 - teoría de la organización revolucionaria; 3 - filosofía marxista; 4 - estrategia socialista, 5 - tácticas políticas del proletariado. Al sintetizar la forma en que Lenin abordó estos problemas, pretendemos aclarar la relevancia de su pensamiento, así como el impacto que ha tenido en el desarrollo teórico y político del marxismo en las últimas décadas.

Palavras clave: Lenin. Marxismo. Socialismo. Imperialismo. Partido revolucionario.

Abstract: Considering the celebrations of the 150th anniversary of the birth of Vladimir Ilitch Uliánov, "Lenin" — Russian revolutionary thinker and leader, commander of the 1917 Revolution —, this article aims to revisit five key points of its theoretical elaboration: 1 - imperialism and national question; 2 - theory of the revolutionary organization; 3 - Marxist philosophy; 4 - socialist strategy, and 5 - political tactics of the proletarian class. By summarizing the way Lenin approached these problems, we intend to elucidate the current relevance of his thinking, as well as the impact it has had on the theoretical and political development of Marxism over the past decades.

Keywords: Lenin. Marxism. Socialism. Imperialism. Revolutionary party.

Introdução

Vladimir Ilitch Uliánov, o Lênin, é o maior líder revolucionário do século XX. Seu legado à luta dos trabalhadores tem valor inestimável. Foi o comandante da Revolução Russa de 1917, primeira experiência duradoura de poder proletário da história da humanidade. Mas Lênin não pode ser avaliado unicamente pelo papel de liderança que desempenhou, por mais extraordinário que seja. Malgrado as tentativas — à direita e à esquerda — de reduzir sua contribuição à dimensão especificamente política, a verdade é que ela vai além. Lênin foi um dos principais responsáveis por

fazer do marxismo uma das mais férteis correntes de pensamento da contemporaneidade. Embora seja óbvio o caráter político de suas teorizações — o que, de resto, é característica de todo o marxismo —, Lênin abordou, sob o prisma do materialismo histórico, uma série de problemas cruciais de sua época.

Este artigo se propõe revisitar algumas dessas questões à luz do momento atual, quando se comemoram os 150 anos de nascimento do pensador e líder revolucionário. Para tanto, selecionamos cinco tópicos do pensamento leninista cuja exposição nos permite aquilatar o significado histórico da obra do líder bolchevique — seu legado não apenas para as lutas contemporâneas mas, igualmente, para o desenvolvimento da teoria marxista. Obviamente, a contribuição de Lênin vai além dos pontos que elencamos, e não é nossa pretensão esgotar, em um artigo curto, toda a riqueza de sua herança teórica. Entretanto, acreditamos que, ao passar em revista a forma como Lênin tratou dos problemas doravante expostos, o leitor poderá mais bem intuir a atualidade de seu pensamento, além de perceber com clareza por que a abordagem pioneira de Marx e Engels passou a ser reconhecida, ao longo do século XX, pela alcunha *marxismo-leninismo*.

Imperialismo e questão nacional

Merece destaque, em meio ao vasto cabedal teórico leninista, sua teoria do imperialismo, que eleva a novo patamar o pensamento marxista sobre a natureza do modo de produção capitalista. Não que Lênin tenha sido o primeiro a tratar do fenômeno. Anteriormente vários autores já haviam apontado a emergência do imperialismo. Merecem destaque John Hobson — cuja obra **Imperialismo: um estudo** foi a primeira a abordar o tema de forma profunda e rigorosa — e o dirigente da social-democracia alemã Rudolf Hilferding, primeiro a analisar o imperialismo pela ótica da teoria marxista (FERNANDES, 1988).

No entanto, como afirma outro grande pensador marxista do século XX, se Lênin não é original em sua teoria puramente econômica do imperialismo, a superioridade de sua abordagem consiste na articulação dessa teoria “com todas as questões políticas do presente” (LUKÁCS, 2012, p. 61). Dito de outro modo, em seu **Imperialismo, fase superior do capitalismo**, Lênin (1981a) não faz uma abordagem puramente econômica, mas busca apresentar — por trás do advento dos monopólios e do capital financeiro, da concentração bancária, da exportação de capitais e da partilha do mundo em áreas de influência — a dinâmica concreta das classes sociais. Trata-se, portanto, de uma típica obra de economia política marxista.

Por outro lado, como afirma o historiador Tamás Krausz em seu monumental **Reconstruindo Lênin**, a teoria do imperialismo fundamenta o pensamento do líder bolchevique no que respeita à questão nacional. Segundo Krausz, “todo o seu conceito teórico-econômico e político da questão nacional foi determinado por um pensamento já examinado em relação ao imperialismo, nascido de sua identificação da *subdivisão hierárquica tripartida do sistema mundial*” (2017, p. 230). Krausz refere-se ao fato de que, em seu trabalho **A revolução socialista e o direito das**

nações à autodeterminação, Lênin identificou, com base na chamada *lei do desenvolvimento desigual*, três tipos de países na hierarquia das nações.

Havia, primeiro, os países capitalistas avançados da Europa ocidental e os Estados Unidos. Nestes, os movimentos nacionais progressistas da burguesia há muito estavam extintos. Um segundo grupo abrangia a Europa oriental, incluindo Áustria, Balcãs e, especialmente, a Rússia. Nesses países, foi apenas no século XX que se desenvolveram os movimentos nacionais democrático-burgueses e que se intensificou a luta nacional. Países como China, Turquia e Irã compunham um terceiro grupo, que abrigava nações coloniais ou semicoloniais cuja formação ainda se encontrava em andamento. Nesses países, “os socialistas devem apoiar com a maior decisão os elementos mais revolucionários dos movimentos democráticos burgueses de libertação nacional [...] e ajudar a sua insurreição [...] contra as potências imperialistas” (LÊNIN, 1985, p. 274, tradução nossa).

Lênin desenvolve sobre a questão nacional uma visão profundamente dialética, que leva em conta aspectos contraditórios do problema. O sistema capitalista dá margem ao desenvolvimento de duas tendências. Por um lado, as centrípetas, integracionistas: intensifica-se a derrubada de fronteiras; ampliam-se os elos econômicos, políticos e culturais entre as nações. Por outro lado, as tendências centrífugas, que envolvem o despertar dos movimentos de libertação nacional e a luta contra todas as formas de opressão colonial. Lênin via ambas as tendências como leis objetivas do capitalismo e, por isso, conseguiu evitar abordagens unilaterais no trato da questão nacional.

Ele afirmava que o programa dos marxistas devia ter em conta tanto as tendências integracionistas quanto as secessionistas. Isso o levou a criticar, de um lado, o nacionalismo estreito e, de outro, aquilo que chamou de “internacionalismo abstrato”. Como se lê em suas **Notas críticas sobre a questão nacional**, Lênin defendia tanto “a igualdade das nações e dos idiomas [...] e a inadmissão de *quaisquer privilégios* a esse respeito” quanto a “luta implacável para evitar a contaminação do proletariado pelo nacionalismo burguês, principalmente o mais refinado” (1977, p. 355).

Sabemos que, desde o célebre “Proletários de todos os países, uni-vos!”, o internacionalismo sempre foi uma marca do movimento operário. Lênin, sem desconsiderar essa tradição, foi duro crítico daqueles que se aferravam ao internacionalismo puro, desconsiderando o papel revolucionário da defesa da nação. Criticou a palavra de ordem abstrata levantada por Piátakov — “Abaixo todas as fronteiras!” (*apud* KRAUSZ, 2017, p. 241) — afirmando que aquele dirigente mergulhava na metafísica, desconsiderando as necessárias conexões entre o nacional e o internacional. Ele chamou essa visão de “economismo imperialista” (LÊNIN, 1981a, p. 672 et passim) e destacou que, na atual quadra histórica, a defesa do Estado nacional é indispensável.

A novidade da abordagem leninista, em oposição à social-democracia tradicional — incluindo Rosa Luxemburgo, entre outros revolucionários que subestimaram, àquela altura, a

questão nacional —, é que soube edificar exigências relacionadas ao fim da opressão nacional e colonial (incluindo suas formas linguística e cultural). Lênin via a opressão nacional como forma específica da dominação de classe, tema que seria desenvolvido mais tarde por pensadores como Gramsci, entre outros.

Foi a partir dessa visão que floresceram as exigências à autodeterminação como parte do movimento político democrático. É verdade que as elaborações do movimento operário sobre o chamado *direito das nações à autodeterminação*, hoje um princípio das relações internacionais, já se desenvolviam desde a Primeira Internacional, que incluiu o tema em seu programa de 1865 (KRAUSZ, 2017, p. 228). Mas o problema ganharia nova dimensão com a abordagem leninista. Ela teria profundos impactos sobre os mais variados acontecimentos do século XX, determinando de variadas formas a luta anticolonial e influenciando iniciativas como a Conferência de Bandung e o Movimento dos Países Não Alinhados.

O fato é que, embora a luta pela liberdade nacional estivesse apenas principiando à época de Lênin, ele já previa que muitos países seriam empurrados de volta às circunstâncias do período colonial, através dos perversos mecanismos da submissão econômica. No caso da Rússia, conseguiu perceber a situação ambígua do país. Ao passo que se achava em posição subordinada em face das potências capitalistas centrais, a Rússia também era potência colonialista, ainda que as colônias estivessem integradas de variadas formas ao Estado russo. A percepção desse fenômeno permitiu a Lênin propor, com base numa visão equilibrada da relação entre integração e autonomia, um modelo completamente novo de Estado. Como afirma o pesquisador Roland Boer,

Um dos mais significativos desenvolvimentos ocorridos na União Soviética foi redefinir e remodelar o entendimento dos conceitos de *nação* e *povo*. Por “nação” era entendida a nacionalidade, das quais muitas existiam dentro da União Soviética — algumas majoritárias, outras minoritárias. A redefinição desse conceito, à luz da noção de classes sociais, conduziu ao que tem sido considerado o primeiro programa mundial de “ações afirmativas”. De acordo com esse programa, nacionalidades foram promovidas, línguas foram encorajadas (até o ponto de serem criadas novas línguas de alfabetização) e a cultura, a educação e a liderança política foram ativamente nutridas. [...] Esses desenvolvimentos conduziram ao surgimento de uma nova compreensão sobre o Estado. (2015, p. 107, tradução nossa)

Essa “nova compreensão” a que se refere Boer materializava-se em uma democracia de tipo superior, capaz de realizar os anseios mais profundos do povo por meio de um modelo inédito de Estado, ao mesmo tempo centralizado — exigência colocada pelo enfrentamento ao imperialismo — e descentralizado, dado guardar pleno respeito à autonomia das nacionalidades. Como sugere o mesmo pesquisador, o significado dessa experiência até hoje “não foi adequadamente explorado” (BOER, 2015, p. 107) por cientistas políticos, linguistas e antropólogos.

Papel do sujeito e da organização revolucionária

Com a passagem da primeira geração do marxismo, nucleada por Marx e Engels, inaugura-se um período pacífico que — ao contrário do tempo decorrido entre a Primavera dos

Povos (1848) e a Comuna de Paris (1871) — caracteriza-se pela ausência de revoluções. Em **Os destinos históricos da doutrina de Karl Marx**, Lênin sintetiza aquele momento em duas frases: “O Ocidente acabou com as revoluções burguesas. O Oriente ainda não está maduro para elas” (1984, p. 86-87).

Lênin se refere, mais especificamente, aos pouco mais de 20 anos que se interpõem entre o final dos anos 1880 e o início dos 1910. Ali, o movimento operário, em um período de paz, acumula forças e prepara-se para os embates futuros. Crescem os partidos socialistas e as organizações operárias. Eles criam sua própria imprensa, constroem organizações culturais e educacionais, impulsionam a vida sindical, ocupam os parlamentos burgueses. Avança o processo de aglutinação e preparação das forças proletárias. O marxismo não é mais, como dantes, uma corrente marginal no movimento operário. Ao contrário: cresceu e se impôs como ideologia da classe trabalhadora.

Essa situação provoca um efeito paradoxal. Como afirma Lênin, “a dialética da história é tal que a vitória teórica do marxismo obriga seus inimigos a mascararem-se de marxistas” (1984, p. 87). O movimento operário passa a ser influenciado por um pensamento revisionista que tinha o economicismo como marca. É o período em que o teórico e líder social-democrata alemão Eduard Bernstein polariza largos contingentes de militantes, parlamentares socialistas, intelectuais e organizações vinculadas à Segunda Internacional. Em **O que fazer?**, ao referir-se à vertente russa do bernsteinianismo, Lênin sintetiza suas ideias afirmando que corrompem a perspectiva socialista

Aviltando o marxismo, pregando a teoria da atenuação das contradições sociais, proclamando que é absurda a ideia da revolução social e da ditadura do proletariado, reduzindo o movimento operário e a luta de classes a um *tradeunionismo* estreito e à luta “realista” por reformas pequenas e graduais. Era exatamente o mesmo que se a democracia burguesa negasse o direito do socialismo à independência e, por consequência, o seu direito à existência; na prática, isso significava tender a converter o nascente movimento operário em apêndice dos liberais. (1981a, p. 92)

Lênin percebeu que, por meio desse fenômeno, o liberalismo penetrava nas fileiras da social-democracia pregando a renúncia à luta de classes em nome da “paz social”. De forma irônica, o líder bolchevique chamava essa concepção de “paz com escravismo”. Ele afirma: “O liberalismo, podre por dentro, tenta reanimar-se sob a forma de oportunismo socialista. Eles interpretam o período de preparação das forças para as grandes batalhas como uma renúncia a essas batalhas” (LÊNIN, 1984, p. 87). Ele também chamou atenção para o fato de que não era fácil enxergar esse movimento oportunista como tal, pois nenhum de seus membros tomava a iniciativa de romper abertamente com o marxismo.

O revisionismo de Bernstein tinha como essência uma espécie de determinismo economicista. Negava a luta política da classe operária, a luta pela conquista do poder proletário, para concentrar-se exclusivamente nas lutas econômicas e salariais. Em nome da “espontaneidade” do movimento, limitava a consciência operária às formas de luta sindicais. Postulava o triunfo da social-democracia unicamente pela via parlamentar. Desacreditava da luta de classes e da revolução

socialista. Não concebia o caráter em última instância contraditório da relação entre liberalismo e marxismo.

O mais curioso é que posturas economicistas assediavam também a parcela mais consequente do movimento operário. Era outro tipo de economicismo, mas que também subestimava o elemento subjetivo e o papel da consciência política. Karl Kautsky era um exemplo dessa postura. Ele via o desenvolvimento social como um capítulo da evolução natural. “Conseqüentemente, a revolução proletária não passa também de um momento particular da lei geral da evolução natural. É portanto inevitável, necessária. Como está na ordem das coisas, não cabe aos homens impedi-la nem apressá-la”(LOUREIRO, 1993, p. 90-91). Nessa perspectiva, a transformação social seria tão incontornável quanto os fenômenos ditados pelas leis da natureza. A revolução decorreria unicamente do agravamento das contradições objetivas do capitalismo.

Subestimava-se, nessa perspectiva — talvez com base numa leitura reducionista da obra de Marx —, o papel do elemento subjetivo para o alcance da meta transformadora. Largos contingentes de militantes revolucionários da Segunda Internacional, influenciados por essa concepção, limitavam-se à propaganda do objetivo final. Não se preocupavam em determinar o caminho concreto para o alcance do objetivo. A crise e o colapso do sistema capitalista se encarregariam de tudo por si sós. Concebia-se de forma mecânica a passagem do capitalismo a uma formação social mais avançada. O socialismo seria produto do desenvolvimento objetivo das forças produtivas. Ora, isso é verdadeiro, mas não é toda a verdade.

Na visão leninista, o proletariado não deve esperar o momento revolucionário emergir das crises do sistema capitalista. Ele deve ser ativo em fomentar as contradições e conduzir o rumo dos acontecimentos. Como destacaria mais tarde Gramsci em sua crítica ao economicismo, “a ruptura do equilíbrio das forças não ocorre por causas mecânicas imediatas de empobrecimento do grupo social que tem interesse em romper o equilíbrio e de fato o rompe, mas sucede no quadro dos conflitos superiores ao mundo econômico imediato” (1977, p. 1587, tradução nossa). Dito de outro modo, mesmo uma crise econômica de grandes proporções não necessariamente leva ao socialismo, pelo contrário: como hoje o sabemos, pode facilmente conduzir aos horrores do fascismo.

Ciente dos limites da “espontaneidade revolucionária”, Lênin vai destacar como solução o incremento do papel da organização revolucionária como fator decisivo para a luta transformadora. De acordo com sua análise, a classe operária estava sujeita à sociedade burguesa não só econômica e politicamente, mas também no plano da consciência. As ideias preconcebidas associadas à ordem dominante penetravam — como, aliás, já o haviam indicado Marx e Engels (1982) em obras como **A ideologia alemã** e o **Manifesto do Partido Comunista** — de forma profunda na consciência operária. Por isso o líder bolchevique via na luta de ideias um aspecto essencial da luta política de classes. As ideias, contudo, não brotam espontaneamente — sobretudo no seio da classe trabalhadora, sujeita às poderosas pressões impostas pela força do ideário burguês.

A fim de construir anteparos a essas pressões, o proletariado deve desenvolver sua própria ideologia. Como argumenta Lênin (1982) em textos como **As tarefas das uniões de juventude** e **Sobre a cultura proletária**, entre outros, essa ideologia não se constrói do nada: tem como fundamento, de um lado, a experiência social e política vivida e, de outro, a herança cultural que precisa ser apropriada de maneira crítica (AZEVEDO, 2017). Tendo em mente essas formulações, Lênin conclui que “não pode haver movimento revolucionário sem filosofia revolucionária” (1981a, p. 96-97). Essa constatação deveria se traduzir em esforços diários de propaganda que embasassem a revolução, considerando, é claro, condições locais e nacionais. Esses esforços só poderiam ser conduzidos por uma organização de vanguarda. Não por acaso, em *O que fazer?* Lênin assevera: “Só um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda” (1981a, p. 97).

Em outras palavras, ideias revolucionárias não brotam espontaneamente nas massas. A consciência transformadora viria de fora. A classe operária, por si própria, alcançaria se muito a consciência sindical. Não surpreende, portanto, que Lênin imputasse à vanguarda revolucionária papel de imensurável importância. Sua teoria do partido revolucionário superou o determinismo econômico então em voga, destacando a iniciativa do sujeito como elemento indispensável do processo revolucionário.

A teoria da organização de vanguarda de Lênin assume grande importância em nossos dias, quando se volta a falar, à moda de Bernstein, em “espontaneidade”, embora essa ideia se apresente a partir de termos novos, como “horizontalidade” e outros, a sugerir o esgotamento do que vem sendo chamado de “organizações políticas tradicionais”. Como no tempo de Lênin, muitas dessas ideias não fazem mais do que reverberar modalidades de liberalismo crítico — boas para reformas nos marcos do sistema, mas impotentes para transformações de fundo.

Na oposição metafísica, e em larga medida demagógica, entre “consciência” e “espontaneidade” ou, para empregar linguagem mais atual, entre “horizontalidade” e “verticalidade” — como se uma dispensasse a outra — reside o calcanhar de aquiles de muitos movimentos críticos e iconoclastas que pontificaram na história recente, seja no Brasil, seja no mundo. Sem orientação política clara e consequente, esses movimentos comportam-se como autênticos “meteoros”: brilham intensamente, mas de forma efêmera, sucumbindo rapidamente às forças do *status quo*. É o que acontece quando se subestima as teses leninistas sobre a necessidade da organização de vanguarda.

Desenvolvimento da teoria marxista

Após a morte de Engels, em 1895, o marxismo conheceu um período de relativa estagnação teórica. É verdade que a teoria econômica do imperialismo surge nesse período, mas, no que respeita aos fundamentos filosóficos, o marxismo praticamente não se desenvolveu. Gianni Fresu, citando o pesquisador tcheco Lubomír Sochor, afirma que até 1920 a produção marxista

restringiu-se, de um lado, a obras de divulgação do pensamento de Marx e Engels e, de outro, à polêmica com o revisionismo.

Sochor afirma que a iniciativa teórica nestes anos é dos revisionistas, que interpõem dúvidas e problemas a respeito de vários aspectos da doutrina marxista, enquanto os ortodoxos limitam-se a responder a essa ofensiva com comentários e citações dos textos clássicos [...]. Nesses anos não nasce nada de novo e original em chave filosófica, salvo as poucas exceções que Sochor identifica em Labriola, Plekhanov e [...] Lênin que, além de ter escrito *Materialismo e Empiriocriticismo*, nos anos do exílio na Suíça sente a necessidade de confrontar-se com os limites de seu próprio conhecimento filosófico, aprofundando-se na obra de Hegel. (FRESU, 2016, p. 252)

No caso de Lênin, portanto, é possível identificar duas grandes contribuições. Primeiro, a defesa da doutrina ontológica materialista, feita em **Materialismo e Empiriocriticismo**. Ali, Lênin volta-se contra os deformadores do marxismo, que confundiam materialismo com empirismo vulgar e propunham um “retorno a Kant” ou, mesmo, a filosofias ainda mais conservadoras, como as de George Berkeley e David Hume. Essas concepções, é claro, não apareciam dessa forma. Vinham embaladas sob o rótulo daquilo que Lênin, em *Sobre o significado do materialismo militante*, classificou como “tendências filosóficas em moda, que surgem com tanta frequência nos países europeus” (1982, p. 564).

Grassava naquela época a filosofia empiriocriticista de nomes como Ernest Mach e Richard Avenarius. Esses cientistas-filósofos postulavam a anterioridade do pensamento sobre a matéria, que seria mero produto da consciência e das sensações. Ao sintetizar essas tendências, Lênin afirma que não passavam de modalidades de idealismo apresentadas sob novas roupagens: “Mach e Avenarius, avançando pretensiosamente uma terminologia nova, um ponto de vista pretensamente novo, repetem de facto, de forma confusa e embrulhada, a resposta do agnóstico: [...] os corpos são complexos de sensações (puro subjetivismo, puro berkeleyanismo) [...]” (1982a, p. 96).

Na Rússia, intelectuais do círculo revolucionário — como Bazárov, Bogdánov e Lunatchárski, entre outros — passaram a propor, sob o pretexto de “renovação do marxismo”, a substituição do materialismo histórico pelas abordagens de Mach e Avenarius. Os empiriocriticistas russos, ao assim proceder, falsificavam o marxismo, misturando-o a concepções idealistas. Na visão de Lênin, os adeptos de Mach na Rússia “tiraram a sua filosofia das ecléticas sopas dos pobres [...]. Vão buscar a Mach um bocadinho de agnosticismo e um nadinha de idealismo, misturando isto com um bocadinho de materialismo dialético de Marx, e balbuciam que esta salgalhada é um desenvolvimento do marxismo” (1982a, p. 144).

Ocorre que, entre o final do século XIX e o início do século XX, o positivismo — rejuvenescido com os trabalhos de Mach e Avenarius, entre outros — passou a influenciar também os intelectuais que atuavam no movimento operário. Sob influência dessa corrente metodológica, o movimento trabalhista passou a oscilar entre o subjetivismo extremo e modalidades de materialismo vulgar. A penetração do empiriocriticismo no movimento operário representava a face

teórica do florescimento do revisionismo. Resgatando o agnosticismo de Kant e Hume, as tendências bernsteinianas negavam que o socialismo pudesse ser justificado teórica e cientificamente. Diziam que falar de objetivos últimos, finalísticos — como se Marx algum dia tivesse feito isso — era pura metafísica. Removiam dessa forma, dos planos do movimento operário, quaisquer referências à perspectiva socialista. Cabe lembrar que essa tese ainda hoje é o ponto de partida ideológico da social-democracia.

Se para Kant (1991) tudo o que escapa à experiência é “metafísica”, para os revisionistas, como explica Lukács, “todo pensamento que ultrapassa praticamente o horizonte da sociedade burguesa é [...] um pensamento ilusionista, um utopismo” (2012, p. 73). O mesmo Lukács advertia para o fato de que essa posição política dita “realista” acabava por sacrificar “os interesses reais de toda a classe [...] em favor dos interesses imediatos de determinados grupos” (2012, p. 73).

Como sabemos, Lênin combateu duramente essa tendência. Entretanto, em **Materialismo e empiriocriticismo** ele se concentra mais na defesa de um materialismo tradicional do que propriamente no desenvolvimento da dialética sob uma ótica materialista. Essa primeira obra de filosofia vai ser complementada mais tarde por seus estudos sobre Hegel, que constam dos **Cadernos filosóficos**. O livro reúne anotações de Lênin feitas a partir de suas leituras de Hegel e outros pensadores.

Essas anotações iriam confirmar a visão de Lênin segundo a qual o afastamento de parte do movimento operário em relação ao marxismo, sob a forma de bernsteinianismo, vinculava-se filosoficamente à guinada positivista e neokantiana do final do século anterior. Lênin reabilita Hegel como parte de sua crítica dos rumos que havia tomado a Segunda Internacional, particularmente após a maioria de suas organizações votar a favor da entrada de seus países na Primeira Grande Guerra. A leitura da **Ciência da Lógica** de Hegel ajudou Lênin a absorver conceitualmente a nova situação histórica, como também a preparar-se para a nova conjuntura. Com base no pensamento do filósofo alemão, ele pôde perceber com clareza os impasses gerados a partir da absorção ideológica, pela Segunda Internacional, do amálgama entre subjetivismo e empirismo.

A leitura de Hegel também ajudou Lênin a reconstruir dialeticamente os nexos entre objetividade e subjetividade, que haviam sido rompidos na Segunda Internacional. Esse ganho de consciência teve consequências extremamente virtuosas no campo político. Como afirma Krausz, os estudos de Hegel suscitaram em Lênin “uma reinterpretação radical do subjetivismo”. Isso traria profundos impactos para o posicionamento político do líder bolchevique em face da situação revolucionária que se avizinhava. Ele captou “as circunstâncias históricas que provocaram o despertar da consciência dos indivíduos e das massas e compreendeu que isso poderia fornecer ‘fundamento’ para a política revolucionária” (KRAUSZ, 2017, p. 531).

Com base na releitura de Hegel, Lênin enfatizou as ideias, a prática e a organização como elementos decisivos para a mudança revolucionária. Passou a combater ainda mais firmemente a persistência do velho dualismo gnosiológico burguês, que tem seu ápice na obra de Kant. Esse

dualismo dissocia o elemento objetivo do subjetivo, resultando ora em determinismo vulgar e economicismo, ora em subjetivismo extremo que resvala facilmente para o niilismo. Não se consegue alcançar assim, por um lado, o fato de que o desenvolvimento das situações políticas tem um lado objetivo — responde a leis do desenvolvimento social. Por outro lado, esquece-se que essa objetividade não existe em si mesma e que a subjetividade é ela própria parte das condições objetivas. “Na lógica habitual separa-se de modo formalista o pensar da objetividade”, diz Lênin nos **Cadernos filosóficos**, para logo em seguida citar Hegel:

O pensar passa aqui por uma atividade meramente subjetiva e formal e o objetivo, face ao pensar, por algo de firme e de existente por si. Este dualismo não é, porém, o verdadeiro, e é um procedimento desprovido de pensamento tomar assim sem mais as determinações da subjetividade e da objetividade, e não perguntar pela sua proveniência. (1989, p. 166)

Com o entendimento tomado a Hegel, Lênin alcançaria plena consciência daquilo que já Marx e Engels lembravam em diversas passagens: o sujeito é, ele mesmo, força material. Nas **Teses sobre Feuerbach**, por exemplo, Marx afirma, sobre o materialismo burguês, que “não toma a própria atividade humana como atividade objetiva” (MARX; ENGELS, 1982, p. 1). Ou seja: a iniciativa do sujeito também determina a objetividade das coisas. Não podemos pensar que sujeito e consciência estão fora do mundo — a menos, claro, que tenhamos uma compreensão naturalista da objetividade.

Lênin deixa claro que, quando Marx expõe as relações de produção como chave para a explicação da sociedade, está expondo apenas o esqueleto da sociedade. Mas ele nunca se limita a isso: também investiga as estruturas políticas e ideológicas correspondentes a essas relações econômicas. Com essas constatações, Lênin afasta-se em definitivo do economicismo que subestimava o papel do sujeito revolucionário. Na direção oposta, ele passa a enfatizar o papel das questões políticas e ideológicas (a organização revolucionária, a consciência de classe etc.). No final de sua vida, esse amadurecimento resultará na definição do processo transformador que decorria na Rússia como tendo o caráter de uma “*revolução cultural*” (LÊNIN, 1982b, p. 662), termo cunhado em *Sobre a cooperação* — um de seus últimos escritos.

Em síntese, o amadurecimento definitivo do marxismo de Lênin só seria alcançado com os estudos de Hegel, a ponto de muitos considerarem que aquilo que hoje chamamos de *leninismo* nasce desse processo. Da mesma forma que Marx voltou a Hegel antes de escrever **O capital**, Lênin também o fez antes de sua obra maior: a Revolução Russa. Ambos sentiram a necessidade de retornar aos fundamentos.

Transição ao socialismo

Elemento de grande importância no legado teórico-político de Lênin reside em suas teses sobre a transição ao socialismo. Entre os anos de 1917 e 1923, que compreendem o imediato pós-Revolução Russa, a liderança comunista viu-se diante da pressão esmagadora engendrada pelos

dilemas que ameaçavam a sobrevivência do nascente regime socialista. A situação, descrita em riqueza de detalhes por Serge (2007), era extraordinariamente complexa e difícil. Naquele momento, sacrifícios inauditos foram realizados. Ao final de quatro anos de guerra civil — aos quais se devem somar outros três, decorridos anteriormente, de participação russa na Primeira Guerra Mundial —, o país encontrava-se em situação falimentar, de quase completa destruição. A transição ao socialismo revelava-se, ali, tarefa extraordinariamente complexa e difícil.

Logo após a revolução, durante a cruenta guerra civil movida pelas elites tzaristas com o apoio das potências imperialistas, medidas de socialização haviam sido implantadas como recurso de sobrevivência — dado que a burguesia, obviamente, se recusava a colaborar com o novo regime. Nas condições incrivelmente difíceis da extrema ruína e da fome, o partido e o governo, sob a direção de Lênin, elaboraram e puseram em prática um sistema de medidas que recebeu o nome de *comunismo de guerra*. Não se limitando à nacionalização da grande indústria, o poder soviético levou a cabo a nacionalização das médias empresas e de parte significativa das pequenas. Foi introduzida a requisição de alimentos, que consistia na entrega pelos camponeses, ao Estado soviético, dos excedentes da produção agrícola. Em fins de 1918 foi estabelecido o trabalho geral obrigatório, proibido o comércio privado e introduzido um sistema de racionamento.

A insuficiência aguda de produtos e meios de produção obrigou o poder soviético a renunciar provisoriamente ao princípio socialista da distribuição segundo o trabalho e a adotar a abordagem da distribuição igualitária. Só desse modo seria possível, naquelas complexas condições, abastecer o exército e a população das cidades. As nacionalizações e expropriações forçadas, contudo, aumentavam as resistências ao novo regime. Lênin viu-se obrigado a recuar, sob pena de perder o apoio político de grande parte do campesinato num país que, como sabemos, era àquela época de imensa maioria camponesa. Ademais, era preciso garantir a cooperação do máximo possível de atores e segmentos sociais, tendo em vista a tarefa que se impunha, de reconstrução do país.

É assim que, em um contexto de aprofundamento dos problemas econômicos, após o período em que vigorara o chamado *comunismo de guerra* (1917-1921), Lênin evolui no modo de enfrentamento dos problemas práticos colocados. Ele propõe a Nova Política Econômica (NEP), uma abordagem inédita sobre a economia socialista, que buscava, por meio de concessões à iniciativa privada e da criação de sociedades mistas, a exploração de processos capitalistas em benefício da reconstrução econômica. Introduzia-se, em termos práticos, uma modalidade de capitalismo de Estado sob controle da classe operária como forma concreta de transição ao socialismo nas condições de um país semifeudal.

A situação carregava dilemas imensuráveis, pois é óbvio que, com o reforço da pequena economia camponesa e o restabelecimento da indústria privada e do livre comércio, alguma reanimação do capitalismo seria inevitável. Com ela, os *kulags* e a burguesia das cidades ganhariam fôlego. Lênin não estava alheio a nada disso. Mas sublinhou que não havia saída: era necessário

correr esses riscos em nome da reconstrução. Teorizou que, com o poder nas mãos do Partido Comunista, e apoiando-se nos postos de comando da economia como a grande indústria, a terra, os bancos, as estradas de ferro e o comércio externo, era viável admitir certa restauração do capitalismo sem minar as bases da ditadura do proletariado.

A NEP significou a passagem da destruição direta e completa da velha formação capitalista — abordagem que havia predominado nos anos de guerra civil — para o método da sua liquidação gradual e prolongada. Já na primavera de 1918 Lênin havia usado o termo *capitalismo de Estado* para descrever a supervisão, pelo Estado soviético, dos trustes e da administração de empresas, a fim de disciplinar o caos da produção capitalista em pequena escala. O conceito traduzia a orientação pela qual se buscava superar a anarquia da pequena produção, privilegiando o capital estabelecido em larga escala, especialmente as grandes empresas estatais, que estariam, no entanto, voltadas à produção para o mercado. Essa orientação materializava aquilo que Lênin chamou de “recuo ordenado”. Para fundamentar a adoção das medidas, ele sublinhava as diferenças fundamentais entre uma revolução burguesa e uma revolução proletária no plano econômico. No Sétimo Congresso do Partido Comunista bolchevique, realizado em 1918, Lênin afirma:

Uma das diferenças fundamentais entre a revolução burguesa e a socialista consiste em que para a revolução burguesa, que nasce do feudalismo, se criam gradualmente, no seio do velho regime, novas organizações econômicas que modificam gradualmente todos os aspectos da sociedade feudal. A revolução burguesa tinha uma única tarefa — varrer, afastar, destruir todas as peças da sociedade anterior. Cumprindo esta tarefa, qualquer revolução burguesa cumpre quanto dela se exige: intensifica o crescimento do capitalismo. Completamente diferente é a situação em que se encontra a revolução socialista. Quanto mais atrasado é o país que, em virtude dos ziguezagues da história, teve de começar a revolução socialista, mais difícil é para ele passar das velhas relações capitalistas para as socialistas. (1981b, p. 499)

Com o avançar do processo revolucionário, Lênin passou a opor-se firmemente à ideia de “introdução” do socialismo. Dizia que uma nova forma social não pode ser simplesmente implantada, ainda mais por decreto. Essa constatação o conduziu à ideia de formas transicionais. Ora, não é preciso pensar muito para constatar a dimensão dessa contribuição ao desenvolvimento da estratégia socialista. Poder-se-ia dizer que, mais até do que a extinta URSS, uma experiência como a chinesa pôde se beneficiar bastante dessa teorização, mesmo porque teve mais tempo para estudá-la e absorvê-la em profundidade.

Tática política do proletariado

Por último, embora não menos importante, vale destacar a contribuição de Lênin para o desenvolvimento da tática política do proletariado. Trata-se de elemento de inestimável importância, ainda mais no momento político atual, marcado pela defensiva revolucionária, quando o movimento transformador vive a ameaça de cerco.

O pensamento leninista ergueu-se sobre a ideia de valorização da atividade político-prática, tendência que já vinha de Marx e Engels. O líder bolchevique desenvolve essa perspectiva

desde tenra idade. Já no artigo **Anarquismo e socialismo**, de 1901, ele se refere ao anarquismo como “negação absurda da política na sociedade burguesa”, que culminaria paradoxalmente, a longo prazo, na “subordinação da classe operária à política *burguesa* sob a aparência de negação da política” (LÊNIN, 1986, p. 37). Um ponto de grande atualidade, especialmente quando observamos a forma como, na sociedade brasileira, o discurso antipolítica — alavancado com as manifestações de junho de 2013 — conduziu à derrota da classe trabalhadora, com a ascensão de um governo protofascista.

Lênin criticava duramente a atitude de deduzir ações políticas de princípios abstratos. Acreditava que noções como a de “revolução permanente”, desenvolvida por Párvus e Trótski, ou a dedicação desmedida dos anarquistas a finalidades extremas, tudo isso era deduzido de abstrações que desconsideravam as condições concretas. Materialista convicto, ele contribuiu para o desenvolvimento da tática política do proletariado — uma tática ampla e aglutinadora, que visa a evitar os perigos do isolamento político diante do inimigo experiente e poderoso. Assumia posição crítica contra teorias que bloqueavam a esfera de atividade do movimento revolucionário ou o conduziam ao isolamento por intermédio de danosas ações individualistas. No mesmo espírito, rejeitava o terrorismo, forma abstrata de ser revolucionário de maneira independente de qualquer situação, que operava sob o voluntarismo do “ser sempre mais revolucionário do que os outros”.

Como se lê no **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**, não pode existir autêntica atividade política sem alianças, acordos e compromissos. E alianças, evidentemente, devem abranger elementos heterogêneos do ponto de vista político e ideológico. Referindo-se a manifesto dos 33 *communards* blanquistas, participantes da Comuna de Paris de 1871, Lênin escreve: “Os 33 blanquistas são comunistas porque imaginam que, uma vez que *eles* querem saltar por cima das estações intermediárias e dos compromissos, o assunto está resolvido, e que se a coisa [...] ‘começar’ um dia destes e o poder for parar às suas mãos, ‘o comunismo será introduzido’ no dia seguinte” (1982b, p. 312).

Evidentemente, a atenção à “exposição das conexões e das transições” (LÊNIN, 1989, p. 164) que compõem uma totalidade social em permanente movimento, bem como o sentido de etapas intermediárias que todo projeto de longo prazo deve comportar, são indicações aprofundadas a partir das leituras de Hegel. Tudo isso influenciou a visão de Lênin sobre a tática política do proletariado na luta de classes. Uma tática que deve colocar os objetivos estratégicos no posto de comando, porém sem sucumbir às armadilhas do sectarismo.

O pensamento de Lênin influenciaria toda a elaboração marxista posterior sobre coalizões e frentes políticas. É possível perceber o DNA do pensador bolchevique na contribuição dada pelos comunistas, ao longo do século XX, à construção de variado leque de concertações, incluindo aquela que a URSS comporia ao longo da Segunda Guerra Mundial, contra o regime genocida de Hitler. Aos que se colocam contrariamente às coalizões amplas e heterogêneas, o líder

russo manda um recado em **O que fazer?**: “Só podem rezear as alianças temporárias, mesmo com elementos inseguros, aqueles que não têm confiança em si próprios” (LÊNIN, 1981a, p. 91).

Conclusão

Ao longo deste artigo, procuramos revisitar cinco tópicos do pensamento leninista que contribuem para a compreensão de seu legado às lutas dos trabalhadores e dos povos. A teoria econômica do imperialismo e suas implicações para o pensamento marxista sobre a questão nacional; as teorizações sobre o papel do sujeito revolucionário e da organização de vanguarda, que implicaram dura crítica às tendências economicistas e revisionistas; o combate filosófico às tendências que propunham o retorno a paradigmas historicamente superados, combate este que resultou no desenvolvimento dos fundamentos da teoria marxista; o pensamento estratégico sobre a complexa transição do capitalismo ao socialismo; as formulações sobre a tática do proletariado na luta política de classes. O pensamento de Lênin sobre todos e cada um desses tópicos deitou raízes no marxismo do século XX, contribuindo para fazer do marxismo uma das mais prolíficas correntes de pensamento na lida com importantes problemas contemporâneos.

É verdade que muitas das questões discutidas por Lênin em seu tempo não são repetíveis nas condições contemporâneas — pelo menos não na forma estrita em que se impuseram naquele momento. Contudo, foi ali, sob a pressão dos terríveis dilemas colocados pelos contextos pré e pós-revolucionário, que foram elaboradas, com a contribuição decisiva do líder bolchevique, noções de fundamental importância para o desenvolvimento da teoria marxista. São problemas que, abordados então de maneira embrionária, cresceram de importância ao longo das últimas décadas, e hoje se colocam no coração dos desafios contemporâneos que emanam do processo revolucionário.

Referências:

- AZEVEDO, F. P. O leninismo em face da tradição: problemas da herança cultural na perspectiva do materialismo histórico. In: BARROSO, A. S. (org.). **Lênin : presença da revolução**. São Paulo: Anita Garibaldi : Fundação Maurício Grabois, 2017. p. 229-260.
- BOER, R. Recalibrating nation and people: an example from the Soviet Union. *In: FIRST WORLD CULTURAL FÓRUM*, 2015, Beijing (China). **Program and conference papers [...]**. Beijing: Chinese Academy of Social Sciences: Academic Division of Marxism Studies, 2015. p. 107-108.
- FERNANDES, L. A gênese da teoria do imperialismo. **Princípios**, São Paulo, nº 16, p. 18-25, dez. 1988.
- FRESU, G. **Lênin leitor de Marx: dialética e determinismo na história do movimento operário**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2016.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Volume terzo — Quaderni 12-29. Ed. critica dell'Istituto Gramsci — A cura di Valentino Gerratana. 2. edizione. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- KRAUSZ, T. **Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual**. São Paulo: Boitempo, 2017.

- LENIN, V. I. Conspecto do Livro de Hegel 'Ciência da Lógica'. In: LENIN, V. I.. **Obras Escolhidas em seis tomos**. Vol. 6. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1989. p. 89-212.
- LENIN, V. I.. **Materialismo e empiriocriticismo**. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1982a.
- LENIN, V. I.. **Obras completas**. Vol. XX. Madri: Akal, 1977.
- LENIN, V. I.. **Obras completas**. Vol. 27. Moscou: Progresso, 1985.
- LENIN, V. I. **Obras Escolhidas em seis tomos**. Vol. 1. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1986.
- LENIN, V. I.. **Obras Escolhidas em seis tomos**. Vol. 2. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1984.
- LENIN, V. I. **Obras Escolhidas em três tomos**. Vol. 1. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1981a.
- LENIN, V. I. **Obras Escolhidas em três tomos**. Vol. 2. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1981b.
- LENIN, V. I. **Obras Escolhidas em três tomos**. Vol. 3. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1982b.
- LOUREIRO, I. M. Rosa Luxemburg: marxismo e história. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, nº 16, p. 83-98, 1993.
- LUKÁCS, G. **Lênin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Vol. I. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1982.
- SERGE, Vitor. **O ano I da revolução Russa**. São Paulo: Boitempo, 2007.
-

Notas

¹ Jornalista. Doutor em Ciências da Comunicação (ECA-USP). Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da UFMA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0398897702758733>. ORCID:<http://orcid.org/0000-0002-8276-0104>. E-mail: fabiopalacio@uol.com.br

Recebido em: 30.06.2020

Aprovado em: 25.08.2020